

Se banqueiros endurecerem

Funaro garante também que novo choque na economia

, o Brasil resistirá

só será dado quando a inflação baixar

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem que a suspensão do pagamento de US\$ 5,6 bilhões de juros anuais permite ao Brasil desenvolver uma estratégia — “já montada, mas sob sigilo” — de resistência ao eventual endurecimento dos banqueiros internacionais na renegociação da dívida externa do País. Segundo Funaro, a moratória dá ao Brasil condições de negociar, “com realismo” novos mecanismos para sair da crise cambial e “pôr ordem na casa”.

Em conversa de uma hora e meia com jornalistas estrangeiros e entrevista aos repórteres nacionais, na sua residência, o ministro da Fazenda afirmou que não pensa em choque já contra a inflação, mas em apertar os credores externos e o próprio Governo. Após suspender o pagamento de juros aos bancos privados internacionais, Funaro afirmou que a próxima etapa envolverá medidas de austeridade no âmbito do Governo, ao negar mudanças no mercado financeiro ou na política cambial.

Segundo o ministro da Fazenda, estão definidas as regras para os reajustes da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) e, em consequência, dos aluguéis e da prestação da casa própria: terão por base a inflação oficial dos últimos doze

meses. Como todos os salários tiveram, no período, reajuste superior à inflação oficial, Funaro disse que a variação da OTN não prejudicará os inquilinos.

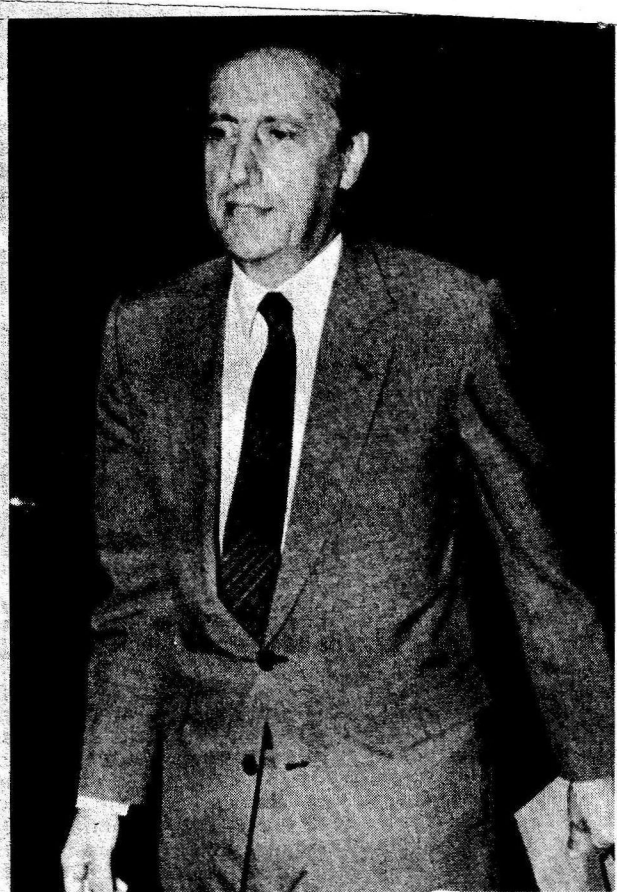
O acompanhamento dos preços na primeira quinzena levou o ministro da Fazenda a prever que a inflação deste mês ficará próxima dos 16,82% de janeiro, o que considerou positivo para reverter o ritmo inflacionário, talvez, com a viabilização de um novo choque. “Seria um erro promover o choque agora, com a inflação em alta. Quando ficar novamente configurada a inflação inercial, após o controle das pressões de custo e de demanda, será viável uma estratégia semelhante à do Plano Cruzado. Por isso, é preciso atravessar o atual momento difícil de transição e esperar a inflação cair a nível suportável” — afirmou Funaro.

Nesta fase de transição, o Governo não pretende sequer atacar os altos juros do mercado. Funaro lembrou que os juros constituem causa e efeito da inflação, porém, no momento, não há como eliminar a remuneração real dos investidores, sob pena de novo abalo na formação da poupança e maior desequilíbrio entre a oferta e a procura de bens de consumo. Dentro da realidade inflacionária, disse que os agentes econômicos precisam da volta da indexação plena para manter os preços relativos posteriores ao realinhamento. Em conse-

quência, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) voltarão para substituir as OTN da chamada inflação zero, com correção mensal baseada na remuneração média de cada mês das Letras do Banco Central (LBCs).

O que não pode esperar é a procura de novos caminhos para a rolagem dos compromissos externos, diante da ameaça de queda total das reservas cambiais. Funaro procurou transmitir aos correspondentes dos jornais estrangeiros que cabe ao país devedor e aos credores buscarem soluções comuns para a crise cambial: “A simples rolagem da dívida não leva a nada; o Brasil quer uma saída e não conviver com a crise”.

De acordo com o relato do ministro, o mercado financeiro internacional operou nervoso e, depois, esteve relativamente calmo, na sexta-feira, diante da manifestação do Governo brasileiro de que não partia e nem ameaça partir para o confronto. A entrevista com os correspondentes estrangeiros durou uma hora e meia, interrompida por telefonemas do presidente Sarney; do presidente do Banco Central, Francisco Gros, e do ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. Funaro afirmou que o ex-homem forte do governo Nixon transmitiu o apoio à decisão brasileira de suspender o pagamento de juros da dívida: “Ele é um bom amigo do Brasil”.



Funaro: Moratória colocará ordem na casa

México se solidariza

México — A imprensa mexicana manifestou ontem total apoio à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por parte do Brasil, bem como o temor ante uma eventual represália dos bancos comerciais.

O jornal Excelsior descartou que a atitude do presidente José Sarney seja uma “pressão inaceitável”, tal como a qualificaram membros da comunidade financeira internacional, e pergunta: “A que vem falar de pressões inaceitáveis quando nossos países se ressentiram sem dissimulações desde que surgiu a crise?”

Em seguida o jornal adverte que a reestruturação pactada com o México (que inclui empréstimos de 13,7 bilhões de dólares, 7,7 dos

quais ainda não foram liberados pelos bancos comerciais) corre um perigo real.

O programa “poderá ver-se frustrado, mas não pelo precedente estabelecido pelo Brasil, mas pela renitência dos próprios banqueiros — grandes e pequenos — em considerar bom um plano já aprovado formalmente e que até agora não pôde ser efetivado”, assinalou o jornal.

Por seu lado Uno mas Uno coincide com o Excelsior e fustiga o ministro mexicano da Fazenda, Gustavo Petricoli, porque o tom de suas declarações “não representa, em nenhum sentido, uma demonstração de apoio a um país com o qual existem excelentes relações, como é o Brasil”.

Cartagena dá apoio

Montevideu — O chanceler uruguaio, Enrique Iglesias, secretário “pro tempore” do Conselho de Cartagena, disse ontem que este foro está “às ordens do Brasil” para deliberar sobre a situação surgida pela decisão do presidente Sarney de suspender o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Iglesias disse que o Brasil não solicitou uma reunião do conselho, mas afirmou que, nesse caso, a “solidarieda-

de da América Latina não faltará”.

O ministro acrescentou que “não haverá sanções” contra o Brasil por parte dos credores, pois, a seu ver, “um passo desse tipo seria um erro descomunal, tanto político quanto econômico”. Iglesias sustentou que a decisão brasileira “é a confirmação de que o problema da dívida não está resolvido, mas administrado e, em muitos casos, preso com alfinetes”.

Exemplo seria seguido

Santo Domingo — A notícia da suspensão indefinida do pagamento dos juros de sua dívida externa, por parte do Brasil, ocupou ontem a primeira página de todos os diários da República Dominicana, enquanto o presidente Joaquín Balaguer declarava que caso se encontrasse numa posição similar a do Brasil, “provavelmente faria o mesmo”.

Consultado pelos jornalistas, Balaguer — que em várias oportunidades declarou que seu país não pode efetuar o pagamento de sua dívida de 4.200 bilhões de dólares nas condições acordadas — referiu-se diretamente ao caso brasilei-

ro. “Eu não tenho que apoiar ou deixar de apoiar essa decisão”, disse, mas acrescentou que caso chegasse a enfrentar uma situação de insolvência como a brasileira, “provavelmente faria o mesmo”.

Por outro lado, o Listín Diário, o de maior circulação, foi o único a comentar em seu editorial a decisão brasileira. Ainda ironizou que Sarney “será declarado agora herói brasileiro e internacional. Não existe nada mais popular que lançar a culpa das dívidas aos credores”, e sublinhou que a continuação da dívida dos países latino-americanos não deve ser paga à custa de seu crescimento.

Moratória tem alvos específicos

A moratória anunciada pelo presidente José Sarney tem como alvo apenas os bancos internacionais, o que diferencia a suspensão do pagamento específico dos juros aos credores privados da ampla centralização cambial promovida pelo governo Figueiredo, no final de julho de 1983.

A resolução nº 1.263, aprovada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, “ad referendum” do Conselho Monetário Nacional (CMN) restringe a moratória, por prazo indeterminado, “a juros devidos a instituições financeiras do exterior e incidentes sobre compromissos de natureza financeira do exterior, e incidentes sobre compromissos de natureza financeira decorrentes de operações com prazo de pagamento superior a 360 dias, registrados no Banco Central.”

Bem diferente da restrição específica, o então pre-

sidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, assinou resolução que impunha a total centralização do câmbio.

Por exemplo, na atual moratória, Funaro teve o cuidado de excluir, já na resolução do CMN, os créditos de curto prazo para evitar maiores problemas de caixa dos bancos brasileiros, dependentes de depósitos interbancários, e também para conter ameaças de redução dos financiamentos a importações e exportações brasileiras. Em 1983, não houve exceções iniciais, o que obrigou o BC a divulgar, depois, uma lista de produtos que não teriam financiamento comercial atingido pela centralização cambial.

Após o acerto de janeiro com o Clube de Paris para a inclusão de parcela de juros na renegociação da dívida junto aos organismos governamentais, Funaro não viu motivos para

incluir os compromissos junto a credores oficiais na moratória. Também os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ficaram de fora das atuais restrições.

O governo brasileiro também não criou qualquer obstáculo para as remessas de lucros, dividendos e retorno de capital das subsidiárias de empresas multinacionais, dentro do objetivo de evitar novos desestímulos aos investimentos estrangeiros. O Banco Central só introduziu a exigência de exame prévio de balanços, até o próximo dia 27, para apurar o cumprimento de toda a burocracia legal, nos volumosos pedidos de autorização de remessas que nos últimos dias deram entrada no BC, como consequência dos boatos sobre restrições aos pagamentos ao exterior.